

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

Edição nº 307

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Súmulas de contrato e convênios.....2

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 307

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 141/2009 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a 1ª Promotoria de Justiça Cível de Ijuí promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 00794.00047/2007, em que representante Joice Graciele Loose.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de outubro de 2009.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

SÚMULA DO TERMO DE COOPERAÇÃO PROCESSO Nº PR.00018.00069/2008-6

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia – CERTEL ENERGIA. **OBJETO:** A implantação da cessão de informações entre o Ministério Público e a CERTEL ENERGIA, mais especificamente a disponibilização aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul de acesso gratuito e direto aos bancos de dados de consumidores da empresa, com o fim de que essas informações possam ser utilizadas para a prevenção e repressão de condutas ilegais nas esferas administrativa, cível e criminal, restando vedada a divulgação destes dados a qualquer outro órgão não conveniado com a CERTEL ENERGIA, com exceção do Poder Judiciário e demais órgãos de persecução penal. **PRAZO:** 60 (sessenta) meses, a contar da data de publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **DATA DA ASSINATURA:** 11-09-2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de outubro de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

APOSTILA PROCESSO Nº 12055-09.00/08-0

A DIRETORA-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, o expediente de nº 12055-09.00/08-0, para fazer constar que o Contrato de Prestação de Serviço de Vigilância – AJDG nº 05/09, celebrado com a empresa Pampa Vigilância e Segurança Ltda., terá, em atenção ao disposto na cláusula sétima,

item 7.1, do mesmo, seu Montante 'A' reajustado de acordo com as Convenções Coletivas de Trabalho, totalizando diferenças a serem pagas no valor de R\$ 24.952,71 (vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos), referentes aos meses de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2009, bem como que seu Montante 'C' está estimado em R\$ 4.170,21 (quatro mil, cento e setenta reais e vinte e um centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de outubro de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PROCESSO Nº 12352-09.00/07-9

CONTRATADA: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – PROCEMPA; **OBJETO:** exclusão de um circuito de dados de 265 Kbps (Ponto de Rede), localizado na Rua Andrade Neves, nº 09, nesta Capital, com valor mensal de R\$ 392,36; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

EDITAL Nº 399/2009

Prorrogação dos prazos de eficácia do concurso público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição Federal,

Resolve:

ART. 1º - Prorrogar, por mais 01 (um) ano, o prazo de eficácia do concurso público para provimento dos cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", homologado em 28/10/2008, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

ART. 2º - O prazo de prorrogação deverá ser contado a partir do dia seguinte ao término de eficácia do referido concurso.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de outubro de 2009.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,
Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.



EDITAL Nº 402/2009
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento nº 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 403/2009
REMOÇÃO DE ACESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento nº 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 404/2009
REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 405/2009
Resultado do Edital nº 393/2009
REMOÇÃO DE ACESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00872/2009-5, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) o resultado da remoção referente ao Edital nº 393/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 406/2009
Resultado do Edital nº 394/2009
REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00873/2009-3, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) o resultado da remoção referente ao Edital nº 394/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 407/2009
Resultado do Edital nº 395/2009
REMOÇÃO DE ACESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00876/2009-6, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) o resultado da remoção referente ao Edital nº 395/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 47/2009 - CAOCÍVEL

COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil nº 09/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Claudio da Silva Leiria, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de apurar irregularidades em licitações e contratações para a prestação de serviços nas áreas de saúde e transporte escolar, por parte do Poder Executivo de Município.

2) Inquérito Civil nº 08/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Claudio da Silva Leiria, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades quanto às aquisições, entregas e dispensações dos medicamentos controlados pela Secretaria de Saúde de Município.

3) Inquérito Civil nº 58/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar assunção, de dívida contraída por Associação Hospitalar de Município, com empresa privada.

4) Inquérito Civil nº 57/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Gislaine Rossi Luckmann, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar contratação de assessora jurídica por IPASEM sem realização de concurso público.

5) Inquérito Civil nº 24/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Renato Moura Tirapelle, da Promotoria de Justiça de Giruá, com a finalidade de apurar a regularidade das Contas de Prefeito Municipal.

6) Inquérito Civil nº 10/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Spotorno da Silva, da Promotoria de Justiça de Horizontina, com a finalidade de apurar eventual insuficiência na prestação de serviço público referente ao atendimento médico-veterinário, em Município.

7) Inquérito Civil nº 10/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Herval, com a finalidade de apurar ocorrência de uso de máquinas públicas em obras particulares por Município.

8) Inquérito Civil nº 13/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, da Promotoria de Justiça da Barra do Ribeiro, com a finalidade de apurar a contratação de Instituto Hospitalar, sem processo licitatório, para a gestão hospitalar de estabelecimento da rede pública, por parte de Município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de outubro de 2009.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 04/2009 - CAOCONSUMIDOR

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis:

PROMOTORIA DE ARVOREZINHA

1) Inquérito Civil nº 018/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araujo da Promotoria de Justiça de Arvorezinha com a finalidade de apurar possível produção e comércio de produtos de origem animal sem apresentação do registro em órgão oficial de inspeção, tendo como investigado Elizer Mussart.

PROMOTORIA DE BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 032/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves com a finalidade de apurar eventual abate clandestino de animais (coelhos) para o fim de comercialização, sem autorização dos órgãos competentes, tendo como investigado Claudemir Pawlak;

2) Inquérito Civil nº 058/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves com a finalidade de apurar possível abate clandestino de animais, com fins de comercialização em local não autorizado e sem inspeção sanitária, tendo como investigado Leonir Bettoni;

3) Inquérito Civil nº 059/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades na comercialização e armazenamento de produtos de origem animal, sem comprovação da origem sanitária e sem sinais de inspeção, tendo como investigado Mercado Tumelero;

4) Inquérito Civil nº 060/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades na comercialização de produtos de origem animal, sem procedência sanitária, tendo como investigado Mercado Premiato.

PROMOTORIA DE CANGUÇU

1) Inquérito Civil nº 012/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça José Olavo Bueno dos Passos da Promotoria de Justiça de Canguçu com a finalidade de apurar eventual dano ao consumidor, decorrente de parcelamento irregular de área de terreno, tendo como investigados Dario Hörnke Volter e Rosane Sell Volter;

2) Inquérito Civil nº 018/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça José Olavo Bueno dos Passos da Promotoria de Justiça de Canguçu com a finalidade de apurar eventual dano ao consumidor, decorrente de parcelamento irregular de área de terreno, tendo como investigados Gilberto Hartwig e Esposa.

PROMOTORIA DE CANOAS

1) Inquérito Civil nº 099/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz da Promotoria de Justiça de Canoas com a finalidade de apurar eventual vício na prestação



de serviços praticados pela empresa, tendo como investigada a Casa do Celular – Thedolite Instrumental Topográfico Ltda. Me.

PROMOTORIA DE ERECHIM

1) Peça de Informação nº 171/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Augusto De Azambuja Mattos da Promotoria de Justiça de Erechim com a finalidade de apurar a denúncia de eventual irregularidade no fornecimento de consultas médicas pelo IPERGS- Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul aos seus segurados e dependentes.

PROMOTORIA DE GUAÍBA

1) Inquérito Civil nº 006/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe da Promotoria de Justiça de Guaíba com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no comércio de alimentos, em estabelecimentos da Rua Adão Foques, tendo como investigado Araski Comércio de Alimentos;

2) Inquérito Civil nº 007/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe da Promotoria de Justiça de Guaíba com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no comércio de alimentos, em estabelecimentos da Rua Adão Foques, tendo como investigado Denise Bombardelli Chagas;

3) Inquérito Civil nº 008/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe da Promotoria de Justiça de Guaíba com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no comércio de alimentos, em estabelecimentos da Rua Adão Foques, tendo como investigado Mercado e Açougue Índio;

4) Inquérito Civil nº 009/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe da Promotoria de Justiça de Guaíba com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no comércio de alimentos, em estabelecimentos da Rua Adão Foques, tendo como investigado Valquíria S. G. Leal;

5) Inquérito Civil nº 010/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe da Promotoria de Justiça de Guaíba com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no comércio de alimentos, em estabelecimentos da Rua Adão Foques, tendo como investigado Antonio Ricardo Spagiari Guterres.

PROMOTORIA DE GUAPORÉ

1) Inquérito Civil nº 010/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio da Silva Leiria da Promotoria de Justiça de Guaporé com a finalidade de apurar possível desacordo do comércio local às normas sanitárias, especialmente relativas à conservação, validade e armazenamento de gêneros alimentícios;

2) Inquérito Civil nº 007/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio da Silva Leiria da Promotoria de Justiça de Guaporé com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no funcionamento das farmácias Tomasini e Rudinei Toffoli, localizadas no Município de Montauri.

PROMOTORIA DE HERVAL

1) Inquérito Civil nº 011/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien da Promotoria de Justiça de Herval com a finalidade de apurar possível ineficiência no fornecimento de energia elétrica por parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

PROMOTORIA DE JAGUARÃO

1) Inquérito Civil nº 020/2009, instaurado pelo Promotor de

Justiça Adriano Pereira Zibetti da Promotoria de Jaguarão com a finalidade de apurar eventual ausência de condições sanitárias de estabelecimento que produz e comercializa produtos alimentícios, tendo como investigada a Padaria Vitória.

PROMOTORIA DE NOVO HAMBURGO

1) Inquérito Civil nº 006/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira da Promotoria de Novo Hamburgo com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no aumento do preço das passagens de transporte coletivo, tendo como investigado o Município de Novo Hamburgo;

2) Inquérito Civil nº 020/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira da Promotoria de Novo Hamburgo com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no aumento do preço das passagens de transporte coletivo, tendo como investigado o Município de Novo Hamburgo.

PROMOTORIA DE PIRATINI

1) Inquérito Civil nº 010/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiana Müller Chatkin da Promotoria de Justiça de Piratini com a finalidade de apurar eventuais irregularidades em “estética” localizada na Rua David Canabarro, tendo como investigada Carmen Regina Andrade da Silveira;

2) Inquérito Civil nº 011/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiana Müller Chatkin da Promotoria de Justiça de Piratini com a finalidade de apurar eventual parcelamento irregular de terreno tendo como investigados o Sr. João Duarte Lobato e o Município de Piratini;

3) Inquérito Civil nº 012/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiana Müller Chatkin da Promotoria de Justiça de Piratini com a finalidade de apurar eventual parcelamento irregular de terreno, tendo como investigado o Sr. Olímpio Glória Moreira e o Município de Piratini.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

1) Inquérito Civil nº 0256/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual comercialização irregular de produto, tendo como investigada Ind. e Com. de Produtos Químicos Viaquímica Ltda.;

2) Inquérito Civil nº 0257/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível comercialização irregular de produto, tendo como investigada Allchem Química Ind. e Com. Ltda.;

3) Inquérito Civil nº 0258/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível comercialização irregular de produto, tendo como investigada Rio Claro Industrial Ltda.;

4) Inquérito Civil nº 0259/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possíveis descontos indevidos na remuneração de servidores públicos, tendo como investigada COOPSERGS – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Ativos, Inativos e Pensionistas da Administração Direta e Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul;

5) Inquérito Civil nº 0260/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto



Alegre com a **finalidade** de apurar possível prática comercial abusiva referente a desconto de empréstimo bancário no benefício do INSS, tendo como investigado Banco BMB – Banco Mercantil do Brasil S.A.;

6) Inquérito Civil nº 0261/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva na venda de casas, tendo como investigada Madeireira J.R. (Ilse Ludwig);

7) Peça de Informação nº 0262/2009, instaurada pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual deficiência no serviço de atendimento ao consumidor, tendo como investigado a VRG Linhas Aéreas S.A. – Grupo GOL;

8) Inquérito Civil nº 0264/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva - negativa de troca de mercadorias defeituosas, de fornecimento de garantia com termos preenchidos, de emissão de carnês, de renegociação de débitos; cobrança de juros alviantes, de valores diferentes do contratado; entre outros, tendo como investigada Lojas Quero-Quero S.A.;

9) Inquérito Civil nº 0265/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva tendo como investigada ACCESS Administrações, Consultoria, Empreendimentos e Intermediações Financeiras (Access Group Facilitadora de Negócios);

10) Peça de Informação nº 0266/2009, instaurada pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva – contratação de anúncio por telefone exigindo apenas o nome, CPF e telefone para contato, tendo como investigado a Zero Hora Editora Jornalística S/A;

11) Inquérito Civil nº 0267/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual descumprimento de oferta, tendo como investigada VIVO S/A;

12) Inquérito Civil nº 0268/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, tendo como investigada CEEE – Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica;

13) Inquérito Civil nº 0269/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviços de abastecimento de água, tendo como investigado DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgotos;

14) Inquérito Civil nº 0271/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual publicidade enganosa e/ou existência de cláusulas abusivas em contrato ofertado pela reclamada, tendo como investigada Oritech do Brasil Idiomas Ltda.;

15) Inquérito Civil nº 0272/2009, instaurado pelo Promotor de

Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual deficiência de informações referente à proibição de circular com o carrinho de compras do supermercado no interior do shopping, tendo como investigado BarraShoppingSul;

16) Inquérito Civil nº 0273/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual produção e comercialização de produto (pimentão) com vício de qualidade, tendo como investigado Silvion Edgart Jacoly;

17) Inquérito Civil nº 0274/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual comercialização e produção de produto com vício de qualidade, tendo como investigado Davi Disalvo;

18) Inquérito Civil nº 0275/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual produção e comercialização de produto (pimentão com índices de pesticidas insatisfatórios) com vício de qualidade, tendo como investigado Jair Laiton Seidel;

19) Inquérito Civil nº 0276/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual comercialização e produção de produto com vício de qualidade, tendo como investigado Nelson Mallmann;

20) Inquérito Civil nº 0279/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva referente à cobrança do detalhamento de conta telefônica, tendo como investigada a OI (Brasil Telecom);

21) Peça de Informação nº 0280/2009, instaurada pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva referente à inexistência de peças para conserto e de mercadoria para substituição de outra comprada com defeito, tendo como investigadas Multisom – Gasil Comércio e Importação Ltda. e Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda.;

22) Inquérito Civil nº 0281/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática de publicidade enganosa, tendo como investigada Inovare;

23) Peça de Informação nº 0282/2009, instaurada pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva na exigência de laudo do Departamento Médico Legal para concessão de indenização de invalidez permanente no seguro DPVAT;

24) Inquérito Civil nº 0283/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva consistente na cobrança de taxa de reserva de ingressos para eventos por ela promovidos, tendo como investigada OPUS Promoções;

25) Inquérito Civil nº 0284/2009, instaurado pelo Promotor de



Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva consistente na cobrança indevida de seguro, sem ter sido solicitado, tendo como investigada ACE Seguradora S.A..

PROMOTORIA DE RIO GRANDE

1) Inquérito Civil nº 077/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em Curso Técnico de Radiologia, tendo como investigada a Escola Albert Einstein.

2) Inquérito Civil nº 140/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar possível falta de fornecimento de serviço de água e esgoto, tendo como investigada a Corsan.

PROMOTORIA DE ROSÁRIO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 027/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul com a finalidade de apurar eventual prática abusiva e possíveis crimes contra consumidores usuários do cartão de crédito pela Empresa de Comércio e Depósito de Gás – GLP conhecida por “Gás do Parente”, tendo como investigado Rodrigo Acosta Alves.

PROMOTORIA DE SANTA MARIA

1) Inquérito Civil nº 186/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a finalidade de apurar possíveis irregularidades praticados por funcionários da Cohab na não fiscalização da cessão de lote a Srª Ermandina Nascimento dos Santos;

02) Inquérito Civil nº 188/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a finalidade de apurar eventual comercialização de planos de saúde odontológicos não registrados, tendo como investigada a Clínica Odontológica Santa Clara;

03) Inquérito Civil nº 189/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na arrecadação do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos, tendo como investigado o Município De Itaara;

4) Inquérito Civil nº 190/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na não autorização para acompanhamento de sua esposa no momento do parto, tendo como investigada o Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo;

5) Inquérito Civil nº 191/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a finalidade de apurar eventual fabricação e venda de produtos químicos sem licenciamento e controle sanitário, tendo como investigado o proprietário da residência localizada na Rua Barão do Triunfo, 267, Bairro carolina, neste Município.

PROMOTORIA DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR

1) Inquérito Civil nº 021/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs da Promotoria de

Justiça de Santa Vitória do Palmar com a finalidade de apurar possíveis práticas adotadas pelo DAER e Planalto Transportes Ltda. na disponibilização de horários da linha de ônibus Chuí-Porto Alegre e Porto Alegre-Chuí, neste município, tendo como investigado Planalto Transportes Ltda. e Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER.

PROMOTORIA DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

1) Inquérito Civil nº 031/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas Da Silva da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha com a finalidade de apurar eventual notícia de irregularidade no atendimento nos caixas de instituições bancárias da região.

PROMOTORIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

1) Inquérito Civil nº 024/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis com a finalidade de apurar eventual sistema de cortes de serviço e a cobrança acumulada de faturas de consumo, parcelamento de dívidas, bem como a cobrança por estimativa média de consumo em caso de avaria do medidor no Município de São Francisco de Assis – RS, tendo como investigada a AES-SUL- Empresa de Energia Elétrica;

2) Inquérito Civil nº 025/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis com a finalidade de apurar possível sistema de cortes de serviço e a cobrança acumulada de faturas de consumo, parcelamento de dívidas, bem como a cobrança por estimativa média de consumo em caso de avaria do medidor no Município de Manoel Viana – RS, tendo como investigada a AES-SUL- Empresa de Energia Elétrica;

3) Inquérito Civil nº 026/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis com a finalidade de apurar eventual sistema de cortes de serviço e a cobrança acumulada de faturas de consumo, parcelamento de dívidas, bem como a cobrança por estimativa média de consumo em caso de avaria do medidor no Município de Manoel Viana – RS, tendo como investigada a CORSAN – Companhia Rio-Grandense de Saneamento;

4) Inquérito Civil nº 027/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis com a finalidade de apurar eventual sistema de cortes de serviço e a cobrança acumulada de faturas de consumo, parcelamento de dívidas, bem como a cobrança por estimativa média de consumo em caso de avaria do medidor no Município de São Francisco de Assis – RS, tendo como investigada a CORSAN – Companhia Rio-Grandense de Saneamento.

PROMOTORIA DE TENENTE PORTELA

1) Inquérito Civil nº 026/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira da Promotoria de Justiça de Tenente Portela com a finalidade de apurar eventual comercialização de produtos sem inspeção e origem sanitária, bem como sem registro, tendo como investigado Alimentos Sabor do Sul;

2) Inquérito Civil nº 028/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira da Promotoria de Justi-



ça de Tenente Portela com a finalidade de apurar possível ausência de responsável técnico e de alvará sanitário em infringência às regras legais e com prejuízo potencial aos consumidores, tendo como investigado Mercedes Fátima Amar - ME..

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de outubro de 2009.

TÊMIS LIMBERGER,

Coordenadora do CAO Consumidor.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 09/2009 – CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou as seguintes Portarias:

1) Inquérito Civil Público nº 00711.00077/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, da Promotoria de Justiça de **Alegrete**, em 25 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar irregularidades/deficiências no atendimento de Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde e Estratégia de Saúde da Família no Município de Alegrete.

2) Inquérito Civil Público nº 00727.00016/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de **Cacequi**, em 20 de agosto de 2009, tendo por finalidade de apurar a existência de expedientes investigatórios criminais (IPs) instaurados em 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, que ainda não foram concluídos e encaminhados ao juízo da Comarca de Cacequi.

3) Inquérito Civil Público nº 00728.00023/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Wanderlei José Herbstrith Willig, da Promotoria de Justiça de **Cachoeira do Sul**, em 20 de agosto de 2009, tendo por finalidade irregularidades no que tange às estratégias de atuação das Equipes de Saúde da Família e dos Agentes Comunitários de Saúde.

4) Inquérito Civil Público nº 01220.00006/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Danielle Bolzan Teixeira, da Promotoria de Justiça de **Cachoeirinha**, em 21 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar eventual lesão ao direito do idoso em entidade atendimento de longa permanência, visando à adequação do estabelecimento ao Estatuto do Idoso e à Política Nacional do Idoso.

5) Inquérito Civil Público nº 00940.00011/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Mello de Bona, da Promotoria de Justiça de **Campina das Missões**, em 19 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar a forma de contratação dos servidores da Estratégia de Saúde da Família – ESF e dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS pelo Município de Cândido Godói.

6) Inquérito Civil Público nº 00940.00012/2009 – instaurado

pela Promotora de Justiça Cristiane Mello de Bona, da Promotoria de Justiça de **Campina das Missões**, em 19 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar a forma de contratação dos servidores da Estratégia de Saúde da Família – ESF e dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS pelo Município de Campina das Missões.

7) Inquérito Civil Público nº 00940.00013/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Mello de Bona, da Promotoria de Justiça de **Campina das Missões**, em 19 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar a forma de contratação dos servidores da Estratégia de Saúde da Família – ESF e dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS pelo Município de São Paulo das Missões.

8) Inquérito Civil Público nº 00742.00029/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Amélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça de **Carazinho**, em 21 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar irregularidades na prestação dos serviços de saúde ambulatorial pelo Município de Carazinho.

9) Inquérito Civil Público nº 00748.00431/2006 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 06 de novembro de 2006, tendo por finalidade apurar mau atendimento pelo SAMU, em Caxias do Sul, segundo termo circunstanciado n.º 010/2.06.0007801-9.

10) Inquérito Civil Público nº 00748.00167/2008 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 09 de maio de 2008, tendo por finalidade apurar negativa de atendimento pelo SAMU, em Caxias do Sul.

11) Inquérito Civil Público nº 00748.00259/2008 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 26 de agosto de 2008, tendo por finalidade apurar quebra de fluxo de atendimento na especialidade de neurologia, em razão do médico J. L. P. recusar-se a preencher formulário próprio do SUS para que paciente efetue pedido de medicamento especial ou excepcional ao Estado do Rio Grande do Sul.

12) Inquérito Civil Público nº 00748.00356/2008 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 21 de novembro de 2008, tendo por finalidade apurar demora na confecção da carteira do passe livre às pessoas portadoras de deficiência para transporte coletivo intermunicipal, com violação ao artigo 5º da Lei Estadual n.º 13.042/2008.

13) Inquérito Civil Público nº 00748.00356/2008 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 27 de agosto de 2009, tendo por finalidade esclarecer demora na confecção da carteira do passe livre às pessoas portadoras de deficiência para transporte coletivo intermunicipal, com violação ao artigo 5º da Lei estadual nº 13.042/2008.

14) Inquérito Civil Público nº 00748.00103/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 11 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar excessivo tempo de espera pelos pacientes do sus para realização de cirurgias bariá-



tricas.

15) Inquérito Civil Público nº 00748.00107/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 27 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar demora na confecção de passe livre às pessoas portadoras de deficiência para transporte coletivo urbano referente aos cadastros aprovados pela comissão municipal do passe livre, nos meses de dezembro/2008, janeiro/2009 e fevereiro/2009.

16) Inquérito Civil Público nº 00748.00195/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 03 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar internação psiquiátrica compulsória.

17) Inquérito Civil Público nº 00748.00196/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 03 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar negligência nos cuidados de pessoa portadora de sofrimento psíquico.

18) Inquérito Civil Público nº 00748.00210/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 03 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar negativa do centro especializado de saúde de caxias do sul em alterar medicação.

19) Inquérito Civil Público nº 00748.00221/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 18 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar negligência no atendimento de pessoa portadora de necessidades especiais por parte dos seus familiares.

20) Inquérito Civil Público nº 00748.00222/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 19 de agosto de 2009, tendo por finalidade fiscalizar instituição de longa permanência para idosos (casa asilar).

21) Inquérito Civil Público nº 00748.00223/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 24 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar abandono. paciente com alta hospitalar. familiares não foram buscá-lo.

22) Inquérito Civil Público nº 00748.00224/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 25 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar negativa de fornecimento de medicamento especial/excepcional a paciente(s) com deferimento de dispensação pela secretaria estadual da saúde.

23) Inquérito Civil Público nº 00748.00225/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 26 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar o fato de flanelinhas intimidarem os cidadãos, praticando mendicância agressiva (direito constitucional à segurança pública).

24) Inquérito Civil Público nº 00748.00226/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 26 de agosto de 2009, tendo por finalidade acompanhar a prestação do serviço de saúde à população e as ações preventivas e de tratamento

dispensados à população em relação à pandemia de GRIPE INFLUENZA A (H1N1).

25) Inquérito Civil Público nº 00748.00234/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 03 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar omissão de atendimento pelo SAMU - responsável médico F. V. - ao paciente J. S., em ocorrência de dano à saúde no interior de ônibus da VISATE.

26) Inquérito Civil Público nº 00748.00236/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 03 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar omissão de atendimento pelo SAMU ao paciente P. M. F., com crise asmática.

27) Inquérito Civil Público nº 00748.00237/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 03 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar omissão de atendimento pelo SAMU ao paciente D. Q.

28) Inquérito Civil Público nº 00748.00238/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 03 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar omissão de atendimento pelo SAMU à criança M. E. M. S., com 04 anos de idade, que veio a óbito.

29) Inquérito Civil Público nº 00748.00239/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 03 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar omissão de atendimento pelo SAMU e Conselho Tutelar de Caxias do Sul à criança L. A. O. S., com 11 anos de idade, em surto psiquiátrico.

30) Inquérito Civil Público nº 00748.00240/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 03 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar falta de responsabilização nos cuidados de saúde dos familiares para com A.

31) Inquérito Civil Público nº 00748.00241/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 04 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar situação de risco social de P. R. M. A., pessoa portadora de sofrimento psíquico.

32) Inquérito Civil Público nº 00748.00242/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 08 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar o fato de a Pessoa portadora de deficiência É. sofrer agressões físicas frequentes por parte do seu cunhado R.

33) Inquérito Civil Público nº 00748.00243/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 10 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar irregularidades no processamento e na elaboração de pareceres de pedidos de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

34) Inquérito Civil Público nº 00748.00260/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 24 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar o abandono de S. L. B., pessoa portadora de sofrimento psíquico.



35) Inquérito Civil Público nº 00748.00264/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 25 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar omissão de atendimento a paciente em surto psiquiátrico, em situação de urgência, que não concordam com o transporte ao atendimento em saúde mental e para os quais não tenha mandado de internação compulsória.

36) Inquérito Civil Público nº 00950.00013/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Regina Nunes Villanova, da Promotoria de Justiça de **Charqueadas**, em 12 de agosto de 2009, tendo por finalidade a existência de Tratamento para a Gripe A (H1N1) e acompanhamento das medidas preventivas que estão sendo adotadas no Município de Charqueadas.

37) Inquérito Civil Público nº 00950.00014/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Regina Nunes Villanova, da Promotoria de Justiça de **Charqueadas**, em 20 de agosto de 2009, tendo por finalidade condições da prestação do serviço médico da SAMU do Município de Charqueadas, tais como, se é feito por pessoas capacitadas, se existem os equipamentos necessários, as condições e o n.º de ambulâncias que o Município possui.

38) Inquérito Civil Público nº 00950.00016/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Regina Nunes Villanova, da Promotoria de Justiça de **Charqueadas**, em 24 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar condições da prestação de serviços médicos, ou seja, a existência de aparelho de eletrocardiograma, especialidades existentes, exames necessários e a entrega de laudos médicos sem assinatura no PADEM deste Município.

39) Inquérito Civil Público nº 00754.00063/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, da Promotoria de Justiça de **Cruz Alta**, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar possível superlotação no Presídio Estadual de Cruz Alta.

40) Inquérito Civil Público nº 00757.00011/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Wilson Luís Grezzana, da Promotoria de Justiça de **Dois Irmãos**, em 21 de setembro de 2009, tendo por finalidade de averiguar se o Município vem observando as diretrizes e parâmetros estabelecidos pela Portaria n.648/GM, de 28 de março de 2006, que aprovou a Política Nacional de Atenção Básica.

41) Inquérito Civil Público nº 00768.00068/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de **Esteio**, em 11 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar a falta de treinamento de motoristas e fiscais em relação a condução de portadores de deficiência, bem como a falta de horários definidos para a circulação de lotações adaptados e defeitos em seus respectivos equipamentos.

42) Inquérito Civil Público nº 00768.00070/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de **Esteio**, em 27 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar o motivo das reiteradas negativas de exame de ressonância nuclear magnética pela Secretaria da Saúde do RS, sempre com a justificativa de que a NT01/2005 está insatisfatória.

43) Inquérito Civil Público nº 00776.00042/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de **Garibaldi**, em 13 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar denúncia de cobrança de despesas em baixa hospitalar pelo SUS, por parte do Hospital Beneficente São Pedro, consoante notícia trazida pelo Sr. R. F. S.

44) Inquérito Civil Público nº 00776.00043/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de **Garibaldi**, em 27 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar a deficiência no encaminhamento de drogaditos para tratamento pelo SUS em regime de internamento de longa duração, consoante notícia trazida pelo Sr. J. B. no atendimento 00776.00188/2009, convertido no presente Inquérito Civil.

45) Inquérito Civil Público nº 00777.00034/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de **Gaurama**, em 29 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar a estratégia de agentes comunitários de saúde e estratégia de saúde da família do município de Carlos Gomes.

46) Inquérito Civil Público nº 00777.00035/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de **Gaurama**, em 29 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar a estratégia de agentes comunitários de saúde e estratégia de saúde da família do município de Áurea.

47) Inquérito Civil Público nº 00777.00036/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de **Gaurama**, em 29 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar a estratégia de agentes comunitários de saúde e estratégia de saúde da família do município de Centenário.

48) Inquérito Civil Público nº 00777.00037/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de **Gaurama**, em 29 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar a estratégia de agentes comunitários de saúde e estratégia de saúde da família do município de Viadutos.

49) Inquérito Civil Público nº 00777.00038/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de **Gaurama**, em 29 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar a estratégia de agentes comunitários de saúde e estratégia de saúde da família do município de Gaurama.

50) Inquérito Civil Público nº 00780.00028/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de **Getúlio Vargas**, em 10 de setembro de 2009, tendo por finalidade a regularização da organização e atuação dos Agentes Comunitários de Saúde e das Equipes de Saúde da Família no âmbito do Município de Sertão, em face do disposto na Portaria n.º 2048/2009.

51) Inquérito Civil Público nº 00780.00029/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de **Getúlio Vargas**, em 10 de setembro de 2009, tendo por finalidade a regularização da organização e atuação dos Agentes Comunitários de Saúde e das Equipes de Saúde da Família no âmbito do Município de Erebangó, em



face do disposto na Portaria n.º 2048/2009.

52) Inquérito Civil Público nº 00780.00030/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de de **Getúlio Vargas**, em 10 de setembro de 2009, tendo por finalidade a regularização da organização e atuação dos Agentes Comunitários de Saúde e das Equipes de Saúde da Família no âmbito do Município de Estação em face do disposto na Portaria n.º 2048/2009.

53) Inquérito Civil Público nº 00780.00031/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de de **Getúlio Vargas**, em 10 de setembro de 2009, tendo por finalidade a regularização da organização e atuação dos Agentes Comunitários de Saúde e das Equipes de Saúde da Família no âmbito do Município de Getúlio Vargas em face do disposto na Portaria n.º 2048/2009.

54) Inquérito Civil Público nº 00791.00011/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Spotorno da Silva, da Promotoria de Justiça de **Horizontina**, em 15 de outubro de 2009, tendo por finalidade regularizar o atendimento do sistema Estratégia de Saúde da Família – ESF no Município de Doutor Maurício Cardoso.

55) Inquérito Civil Público nº 00792.00038/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, da Promotoria de Justiça de **Ibirubá**, em 14 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar a insuficiência de agentes comunitários de saúde e de equipes de saúde da família no Município de Ibirubá.

56) Inquérito Civil Público nº 00792.00040/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, da Promotoria de Justiça de **Ibirubá**, em 24 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar a necessidade de realização de concurso público para agentes comunitários de saúde e para os servidores das equipes de saúde da família, no Município de Quinze de Novembro.

57) Inquérito Civil Público nº 00796.00009/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araújo, da Promotoria de Justiça de **Iraí**, em 08 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar eventuais irregularidades no funcionamento da Casa do Idoso R.F., que estaria atuando sem o cumprimento dos requisitos previstos na legislação protetiva do idoso, especialmente a Lei 10.741/2003.

58) Inquérito Civil Público nº 01175.00034/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça de **Montenegro**, em 31 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar a existência de irregularidades em casa geriátrica de Montenegro.

59) Inquérito Civil Público nº 01175.00035/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça de **Montenegro**, em 31 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar irregularidades no Hospital Montenegro, com profissionais de enfermagem realizando atividades de médico obstetra, em afronta à legislação pertinente, além de outras irregularidades.

60) Inquérito Civil Público nº 00810.00029/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de **Não-Me-Toque**, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade assegurar a garantia de

acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida no município de Não-Me-Toque, RS.

61) Inquérito Civil Público nº 00810.00030/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de **Não-Me-Toque**, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade assegurar a garantia de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida no município de Victor Graeff, RS.

62) Inquérito Civil Público nº 00810.00031/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de **Não-Me-Toque**, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade assegurar a garantia de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida no município de Tio Hugo, RS.

63) Inquérito Civil Público nº 01211.00027/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de **Osório**, em 10 de setembro de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais na área pública denominada "Largo dos Estudantes", no município de Osório.

64) Inquérito Civil Público nº 00821.00004/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Edgar Oliveira Garcia, da Promotoria de Justiça de **Passo Fundo**, em 06 de agosto de 2009, tendo por finalidade provocar e articular as providências necessárias relacionadas à gripe A (H1N1).

65) Inquérito Civil Público nº 01128.00079/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 26 de junho de 2009, tendo por finalidade averiguar ausência de acessibilidade arquitetônica/urbanística nas Unidades Básicas de Saúde Assis Brasil e Modelo do Município de Porto Alegre, bem como o Ambulatório de Dermatologia Sanitária de competência do Estado do Rio Grande do Sul.

66) Inquérito Civil Público nº 01128.00103/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 14 de agosto de 2009, tendo por finalidade averiguar eventuais inadequações do prédio em que está instalado o Centro Popular de Compras de Porto Alegre – Camelódromo – às normas de Acessibilidade.

67) Inquérito Civil Público nº 01128.00104/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 14 de agosto de 2009, tendo por finalidade averiguar ações de controle da epidemia da Gripe A H1N1, pelos serviços de saúde municipal e estadual.

68) Peças de Informação nº 01128.00105/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 17 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar possível dano a direito difuso ou coletivo por falta de Professor Bilingüe, conforme Orientação da Resolução 03/99, e do Parecer n.º 14/99, ambos do CNE/CEB, para comunidade indígena da localidade da Linha da Glória/Estrela.

69) Peças de Informação nº 01128.00106/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos



de **Porto Alegre**, em 17 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar possível dano a direito difuso ou coletivo da Comunidade Indígena da localidade de Inhacorá, Município de São Valério do Sul, pelo não funcionamento da Escola de Formação de Professores Indígenas prevista para aquela região.

70) Inquérito Civil Público nº 01128.00107/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 20 de agosto de 2009, tendo por finalidade averiguar orientação da 1ª Coordenadoria Regional de Saúde, consistente na liberação documental para renovação de alvarás de saúde.

71) Peças de Informação nº 01128.00108/2009 – instauradas pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 24 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar eventual falta de atendimento de saúde pública às pessoas cadastradas pelo Gabinete do Vereador Elias Vidal.

72) Inquérito Civil Público nº 01128.00109/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 10 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar eventuais irregularidades relativas à realização do Curso Técnico em Segurança Pública para membros da Brigada Militar, com desvio das atividades principais, descumprimento de carga horária; 'convocação', durante o período da realização do curso, para trabalho em Município diverso daquele da lotação e da realização do curso sem antecipação de diárias, aplicação da mão de obra dos alunos diretamente no policiamento ostensivo em reforço ao Comando de Policiamento da Capital, não continuidade do curso, com possível desconhecimento da situação pela Exma. Sra. Governadora do Estado.

73) Peças de Informação nº 01128.00110/2009 – instauradas pelo Promotor de Justiça Luís Antônio Portella, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 01 de setembro de 2009, tendo por finalidade verificar a disponibilização do exame ecografia pélvica transvaginal pelo Sistema Único de Saúde – SUS através da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

74) Inquérito Civil Público nº 01128.00113/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 09 de setembro de 2009, tendo por finalidade averiguar as denúncias de irregularidades das unidades de saúde de Porto Alegre listadas no relatório do SIMERS- Sindicato Médico do Rio Grande do Sul.

75) Inquérito Civil Público nº 01128.00114/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 01 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar a redução do número de leitos de UTI no Hospital Presidente Vargas, em Porto Alegre.

76) Inquérito Civil Público nº 01128.00115/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 01 de setembro de 2009, tendo por finalidade

averiguar as providências adotadas pelos gestores de saúde para reabertura das unidades hospitalares da Universidade Luterana do Brasil.

77) Inquérito Civil Público nº 01128.00116/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 01 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades em triagem de exclusão de pacientes na emergência do Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre.

78) Inquérito Civil Público nº 01128.00117/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 01 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades na cobrança de taxa para retirada de laudo de exames realizados no Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

79) Inquérito Civil Público nº 01128.00118/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 01 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar o problema enfrentado por pacientes que não possuem documento de identificação, na obtenção de medicamentos, especialmente para tratamento de HIV/AIDS.

80) Inquérito Civil Público nº 01128.00119/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 10 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar eventual falta de atendimento médico na UBS Panorama aos moradores do Residencial Pinheiros, em Porto Alegre.

81) Peças de Informação nº 01128.00120/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 01 de outubro de 2009, tendo por finalidade apurar situação de clínica clandestina situada no Bairro Jardim Bento Gonçalves, em Porto Alegre.

82) Peças de Informação nº 01128.00121/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 01 de outubro de 2009, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades na Casa de Repouso J. V.

83) Peças de Informação nº 01128.00122/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 01 de outubro de 2009, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades no Residencial para Idosos V. N.

84) Peças de Informação nº 01128.00123/2009 – instauradas pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 18 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar potencial dano a direito difuso ou coletivo da cidadania pelo noticiado fato: cobrança de 'taxa fixa', independente do tamanho, para fornecimento de cópia de processos administrativos pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS.

85) Peças de Informação nº 01128.00124/2009 – instauradas pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Pro-



motória de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 18 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar potencial dano coletivo ou difuso dos direitos humanos pelo não pagamento da bolsa auxílio a estagiários de direito nas primeiras semanas de trabalho.

86) Inquérito Civil Público nº 01128.00125/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 21 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar relutância de empresa em reduzir os preços do medicamento Donepezila ao Estado.

87) Inquérito Civil Público nº 01128.00126/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 22 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar as condições e atendimento aos idosos da clínica S.S.

88) Inquérito Civil Público nº 01128.00127/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 24 de setembro de 2009, tendo por finalidade averiguar irregularidades na tributação do Fisco sobre os vencimentos dos servidores públicos diante do recebimento cumulativo de valores por força da Lei Britto.

89) Inquérito Civil Público nº 01128.00128/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 24 de setembro de 2009, tendo por finalidade averiguar as condições de Acessibilidade pelas pessoas portadoras de deficiência na Estação Rodoviária de Porto Alegre.

90) Peças de Informação nº 01128.00129/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 01 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar a falta do Fator VIII junto ao HEMORGS.

91) Peças de Informação nº 01128.00130/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 01 de outubro de 2009, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades praticadas na Clínica Geriátrica L. V.

92) Inquérito Civil Público nº 01128.00131/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 02 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar o atendimento dispensado pelo Hospital Santa Clara.

93) Inquérito Civil Público nº 01128.00132/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 02 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar o atendimento pelo SUS dispensado na Emergência do Hospital São Lucas da PUCRS.

94) Inquérito Civil Público nº 01128.00133/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 02 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar o atendimento dispensado pelo Hospital Parque Belém a idosa.

95) Inquérito Civil Público nº 01128.00134/2009 – instaurado

pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 02 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar possível risco à saúde pública na utilização da área do Hospital Leprosário como depósito de veículos.

96) Inquérito Civil Público nº 01128.00135/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 02 de outubro de 2009, tendo por finalidade Investigar o tratamento dispensado a apenados, pelo Hospital Vila Nova, especialmente quanto à atuação da técnica de enfermagem I.F.M.P.

97) Inquérito Civil Público nº 01128.00136/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar o atendimento dispensado pelo Hospital Cristo Redentor ao paciente P.A.V.

98) Inquérito Civil Público nº 01128.00137/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade averiguar a criação de Comitê Técnico da Saúde da População Negra no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre.

99) Inquérito Civil Público nº 01128.00138/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade averiguar a criação de Comitê Técnico da Saúde da População Negra no âmbito da Secretaria Estadual da Saúde.

100) Inquérito Civil Público nº 01128.00139/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade averiguar a criação de comissão da População Negra no âmbito do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre.

101) Inquérito Civil Público nº 01128.00140/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade averiguar a criação de comissão da População Negra no âmbito do Conselho Estadual de Saúde.

102) Inquérito Civil Público nº 01128.00141/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar as condições de saúde no âmbito do Quilombola Villa dos Sargentos.

103) Inquérito Civil Público nº 01128.00142/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar as condições de saúde no âmbito do Quilombola Alpes.

104) Inquérito Civil Público nº 01128.00143/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto**



Alegre, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar as condições de saúde no âmbito do Quilombola Família Silva.

105) Inquérito Civil Público nº 01128.00144/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ângela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 05 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar as condições de saúde no âmbito do Quilombola Luís Garanhon e Família Fideles.

106) Inquérito Civil Público nº 01217.00006/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de **Porto Alegre**, em 25 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar acerca da existência de espaço adequado para os presos em prisão cautelar.

107) Inquérito Civil Público nº 00853.00003/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça de **Rio Grande**, em 17 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar situação de risco de idosos em casa de abrigo.

108) Inquérito Civil Público nº 00853.00010/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça de **Rio Grande**, em 07 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar situação de risco de idosos em casa de abrigo.

109) Inquérito Civil Público nº 00855.00117/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Rui Prediger, da Promotoria de Justiça de **Rio Pardo**, em 20 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar ausência de projetos para inclusão de portador de Síndrome de Down, no município de Rio Pardo (RS).

110) Inquérito Civil Público nº 00856.00039/2008 – instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de **Rosário do Sul**, em 18 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar possível ineficiência do Poder Público Estadual no sentido de assegurar o disposto no art. 82, §1.º, da lei de Execução Penal, figurando como investigado o Estado do Rio Grande do Sul.

111) Inquérito Civil Público nº 01129.00005/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, da Promotoria de Justiça de **Salto do Jacuí**, em 25 de agosto de 2009, tendo por finalidade objetivando averiguar a veracidade e apurar as responsabilidades sobre as precárias condições de higiene e de miserabilidade suportadas por F.F., pessoa portadora de enfermidade mental, residente na localidade do Distrito de Passo Real, município de Salto do Jacuí.

112) Inquérito Civil Público nº 00864.00169/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça de **Santa Maria**, em 25 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar deficiência no atendimento médico e exigência de pagamento indevido por profissionais credenciados junto ao IPERGS.

113) Inquérito Civil Público nº 00864.00190/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça de **Santa Maria**, em 21 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades na não autorização para acompanhamento de sua esposa no momento do parto.

114) Inquérito Civil Público nº IC.00868.00005/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior, da Promotoria de Justiça de **Santa Rosa**, em 28 de agosto de 2009, tendo por finalidade promover diligências investigatórias acerca de no transporte público urbano dos municípios de Santa Rosa, Tuparendi e Porto Mauá.

115) Inquérito Civil Público nº IC.00868.00006/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior, da Promotoria de Justiça de **Santa Rosa**, em 08 de setembro de 2009, tendo por finalidade promover diligências investigatórias acerca de implementação da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde e Estratégia de Saúde da Família no Município de Santa Rosa/RS.

116) Inquérito Civil Público nº IC.00868.00007/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior, da Promotoria de Justiça de **Santa Rosa**, em 08 de setembro de 2009, tendo por finalidade promover diligências investigatórias acerca de implementação da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde e Estratégia de Saúde da Família no Município de Tuparendi/RS.

117) Inquérito Civil Público nº IC.00868.00008/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior, da Promotoria de Justiça de **Santa Rosa**, em 08 de setembro de 2009, tendo por finalidade promover diligências investigatórias acerca de implementação da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde e Estratégia de Saúde da Família no Município de Porto Mauá/RS.

118) Inquérito Civil Público nº 00870.00013/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de **Santa Vitória do Palmar**, em 03 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar as condições de funcionamento de asilo localizado no município do Chuí.

119) Inquérito Civil Público nº 01223.00007/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de **Santiago**, em 26 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar possível lesão ao direito à segurança de espectadores que freqüentarem as arquibancadas e dependências do Estádio do Cruzeiro, neste Município, previsto no art. 13 da Lei nº 10.671/03 (Estatuto do Torcedor).

120) Inquérito Civil Público nº 01223.00020/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de **Santiago**, em 25 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar possível cobrança indevida a aposentados de taxas para a confecção de credencial para obtenção de desconto em passagens de transporte intermunicipal, pela Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas de Santiago – ATAPS.

121) Peças de Informação nº 00873.00014/2009 – instauradas pelas Promotoras de Justiça Rosângela Correa da Rosa e Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça de **Santo Ângelo**, em 12 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar as providências que estão sendo adotadas para redução da disseminação da Gripe A (H1N1) e controle da doença.

122) Peças de Informação nº 00873.00016/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Rosângela Correa da Rosa, da Promotoria de Justiça de **Santo Ângelo**, em 31 de agosto de



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 307

2009, tendo por finalidade apurar a inexistência de serviço especializado de contenção de dependentes químicos no âmbito do Hospital de Caridade Santo Ângelo.

123) Inquérito Civil Público nº 00875.00028/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, da Promotoria de Justiça de **Santo Antônio da Patrulha**, em 25 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar notícia de irregularidades nas instalações físicas do Posto de Saúde Central de Santo Antônio da Patrulha, sendo investigado o Município de Santo Antônio da Patrulha.

124) Inquérito Civil Público nº 00947.00010/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Júlio César Maggio Stürmer, da Promotoria de Justiça de **Santo Antônio das Missões**, em 10 de agosto de 2009, tendo por finalidade coletar informações acerca da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Equipes de Saúde da Família - ESF, no Município de Santo Antônio das Missões, verificando-se a regularidade da organização e atuação dos mesmos.

125) Inquérito Civil Público nº 00947.00011/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Júlio César Maggio Stürmer, da Promotoria de Justiça de **Santo Antônio das Missões**, em 10 de agosto de 2009, tendo por finalidade coletar informações acerca da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Equipes de Saúde da Família - ESF, no Município de Garruchos, verificando-se a regularidade da organização e atuação dos mesmos.

126) Inquérito Civil Público nº 00881.00021/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de **São Francisco de Assis**, em 15 de setembro de 2009, tendo por finalidade investigar, em tese, irregularidades constatadas na Secretaria Municipal de Saúde de Manoel Viana, consoante auditoria número 5435 do SUS – Sistema Único de Saúde – do Governo Federal.

127) Inquérito Civil Público nº 00887.00048/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Ana Emília Vilanova, da Promotoria de Justiça de **São Jerônimo**, em 03 de setembro de 2009, tendo por finalidade estimular a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como exigir do município e/ou empresa concessionária a adequação dos serviços prestados as pessoas portadoras de deficiência.

128) Inquérito Civil Público nº 00891.00031/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Carla Lara Adami da Silva, da Promotoria de Justiça de **São Leopoldo**, em 06 de agosto de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infraestrutura necessária de atendimento do Centro de Saúde Campina, fato que envolve o Município de São Leopoldo/RS.

129) Inquérito Civil Público nº 00899.00008/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Cíntia Foster de Almeida, da Promotoria de Justiça de **São Sepé**, em 13 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar a implantação do serviço de vigilância sanitária no Município de Formigueiro.

130) Inquérito Civil Público nº 00899.00009/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Cíntia Foster de Almeida, da Promotoria de Justiça de **São Sepé**, em 14 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar falhas nas estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família, em desobediência à Política de Atenção Básica-Portaria GM nº 648, de 28

de março de 2006, no município de São Sepé.

131) Inquérito Civil Público nº 00899.00010/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Cíntia Foster de Almeida, da Promotoria de Justiça de **São Sepé**, em 14 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar falhas nas estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família, em desobediência à Política de Atenção Básica-Portaria GM nº 648, de 28 de março de 2006, no município de Formigueiro.

132) Inquérito Civil Público nº 00899.00011/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Cíntia Foster de Almeida, da Promotoria de Justiça de **São Sepé**, em 14 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar falhas nas estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família, em desobediência à Política de Atenção Básica-Portaria GM nº 648, de 28 de março de 2006, no município de Vila Nova do Sul.

133) Peças de Informação nº 00913.00016/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Dinamárcia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de **Tenente Portela**, em 22 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar maiores elementos acerca da situação real dos programas governamentais (Saúde da Família e Agentes de Saúde) quanto à cobertura efetiva no atendimento à população e utilização das verbas públicas no município de Tenente Portela.

134) Peças de Informação nº 00913.00017/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Dinamárcia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de **Tenente Portela**, em 22 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar maiores elementos acerca da situação real dos programas governamentais (Saúde da Família e Agentes de Saúde) quanto à cobertura efetiva no atendimento à população e utilização das verbas públicas no Município de Barra do Guarita.

135) Peças de Informação nº 00913.00018/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Dinamárcia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de **Tenente Portela**, em 22 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar maiores elementos acerca da situação real dos programas governamentais (Saúde da Família e Agentes de Saúde) quanto à cobertura efetiva no atendimento à população e utilização das verbas públicas no Município de Vista Gaúcha.

136) Peças de Informação nº 00913.00019/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Dinamárcia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de **Tenente Portela**, em 22 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar maiores elementos acerca da situação real dos programas governamentais (Saúde da Família e Agentes de Saúde) quanto à cobertura efetiva no atendimento à população e utilização das verbas públicas no Município de Derrubadas.

137) Peças de Informação nº 00913.00020/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Dinamárcia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de **Tenente Portela**, em 22 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar maiores elementos acerca da situação real dos programas governamentais (Saúde da Família e Agentes de Saúde) quanto à cobertura efetiva no atendimento à população e utilização das verbas públicas no Município de Miraguaí.

138) Inquérito Civil Público nº 00953.00016/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de



Justiça de **Teutônia**, em 15 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar eventuais irregularidades na contratação de Agentes Comunitários de Saúde e na implantação da Estratégia de Saúde da Família do município de Teutônia.

139) Inquérito Civil Público nº 00953.00017/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de **Teutônia**, em 15 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar eventuais irregularidades na contratação de Agentes Comunitários de Saúde e na implantação da Estratégia de Saúde da Família do município de Paverama.

140) Inquérito Civil Público nº 00953.00018/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de **Teutônia**, em 15 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar eventuais irregularidades na contratação de Agentes Comunitários de Saúde e na implantação da Estratégia de Saúde da Família do município de Westfália.

141) Inquérito Civil Público nº 00953.00019/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de **Teutônia**, em 15 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar eventuais irregularidades na contratação de Agentes Comunitários de Saúde e na implantação da Estratégia de Saúde da Família do município de Poço das Antas.

142) Inquérito Civil Público nº 00953.00020/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de **Teutônia**, em 15 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar eventuais irregularidades na contratação de Agentes Comunitários de Saúde e na implantação da Estratégia de Saúde da Família do município de Imigrante.

143) Inquérito Civil Público nº 0915.000168/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Menin, da Promotoria de Justiça de **Tramandaí**, em 29 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar maus tratos de cuidadora a pessoa com deficiência física.

144) Inquérito Civil Público nº 00929.00030/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de **Veranópolis**, em 11 de setembro de 2009, tendo por finalidade acompanhar a atuação dos profissionais de saúde do município de Vila Flores.

145) Inquérito Civil Público nº 00929.00031/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de **Veranópolis**, em 11 de setembro de 2009, tendo por finalidade acompanhar a atuação dos profissionais de saúde do município de Cotiporã.

146) Inquérito Civil Público nº 00929.00032/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de **Veranópolis**, em 11 de setembro de 2009, tendo por finalidade acompanhar a atuação dos profissionais de saúde do município de Fagundes Varela.

147) Inquérito Civil Público nº 00931.00011/2008 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 24 de setembro de 2008, tendo por finalidade apurar eventual omissão do Município de Viamão em dotar de estrutura física e organizacional os Conselhos Municipais, em razão do alojamento dos referidos órgãos colegiados no imóvel da Rua Luiz Rosseti, 325, Centro de Viamão, local reputado inadequado pelo Conselho Municipal de Saúde. (Retificada)

148) Inquérito Civil Público nº 00931.00001/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 14 de janeiro de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso dos direitos das pessoas com deficiências, dos idosos, das gestantes, das lactantes e das pessoas acompanhadas por crianças de colo, decorrente da eventual negativa das agências locais do Banco do Brasil, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e da Caixa Econômica Federal de lhes assegurarem o atendimento prioritário, nos termos preconizados pela Lei Federal nº10048/2000 e pela Lei Estadual nº 9796/1992.

149) Inquérito Civil Público nº 00931.00002/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 17 de fevereiro de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano coletivo dos direitos humanos das pessoas idosas, decorrente do funcionamento clandestino de estabelecimento destinado ao acolhimento de pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos e das condições inadequadas de abrigo a que submetida tal população.

150) Inquérito Civil Público nº 00931.00003/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Daniele Schneider, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 25 de fevereiro de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano coletivo dos direitos humanos das pessoas idosas, decorrente do funcionamento de estabelecimento não-regularizado, destinado ao acolhimento de pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos e de eventuais inadequações das condições de abrigo a que submetida tal população, tendo como investigada a Instituição de Longa Permanência R. F. A.

151) Inquérito Civil Público nº 00931.00004/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Daniele Schneider, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 25 de fevereiro de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso dos direitos humanos das pessoas carentes, dependentes ou não de cuidados, decorrente da omissão do Município de Viamão (por meio de sua Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos) em proceder ao seu abrigo, ainda que temporariamente, em estabelecimento regular e adequado às suas necessidades.

152) Inquérito Civil Público nº 00931.00005/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 13 de março de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso dos direitos das parturientes, decorrente da eventual negativa do Instituto de Cardiologia – Hospital de Viamão de lhes assegurar a presença de acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nos termos preconizados pelo art. 19-J da Lei nº 8080/90 e pelo art. 2º da Lei Estadual nº 12.157/2004.

153) Inquérito Civil Público nº 00931.00008/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 28 de maio de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso dos direitos dos moradores e transeuntes da Rua Flodoaldo de Souza Feijó, Bairro Tarumã, Viamão/RS, decorrente do depósito de lixo nos terrenos baldios localizados nos lotes 06 e 07 da quadra “15B” do referido logradouro, bem como da ausência de cercamento e



de calçamento no passeio público.

154) Inquérito Civil Público nº 00931.00009/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 12 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso dos direitos dos moradores e transeuntes da Rua Bento Gonçalves, bairro Centro, Viamão, decorrente (a) do despejo a céu aberto de esgoto cloacal, proveniente dos terrenos situados na Rua Gen. Osório, ocupados pelo Restaurante M. S. e pelo Tabelionato de Viamão, assim como daqueles dois localizados à esquerda de quem olha o prédio do Condomínio G. A., pela frente, na Rua Bento Gonçalves, e (b) da ausência de calçamento no passeio público do terreno limdeiro à entrada da Galeria das Américas (à esquerda de quem olha de frente pela Rua Bento Gonçalves).

155) Inquérito Civil Público nº 00931.00010/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 19 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso do direito à saúde dos usuários de produtos comercializados e de serviços prestados pelas farmácias estabelecidas em Viamão, decorrente da ausência de plantão dos referidos estabelecimentos comerciais nos feriados, domingos e em horário noturno, em contrariedade às disposições das Leis Municipais nºs 1646/80 e 191-8/87.

156) Inquérito Civil Público nº 00931.00011/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 19 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso do direito à saúde dos usuários, em Viamão, das ambulâncias do Programa SAMU-SALVAR, decorrente da ausência (a) de material de limpeza para higienização dos veículos e (b) de material de enfermagem para a prestação do primeiro atendimento em casos de urgência e emergência.

157) Inquérito Civil Público nº 00931.00012/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 15 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso dos direitos das pessoas usuárias dos serviços de Assistência Social, decorrente das seguintes irregularidades: (1) funcionamento de CRAS (três) com apenas um técnico com carga horária de trinta horas, em desconformidade ao regramento do SUAS, que determina como estrutura mínima a presença de dois Assistentes Sociais (carga horária de 40 horas semanais), dois Psicólogos (carga horária de 30 horas semanais) e um servidor administrativo, gerando sobrecarga de trabalho e prejuízo à população, principalmente no que diz respeito com a continuidade do atendimento e a articulação do trabalho em rede; (2) desativação do programa SAPEDE por ausência de profissional habilitado na área de terapia ocupacional para atendimento a pessoas com deficiência, visando à inclusão social, objetivo do programa; (3) a chefia do Departamento de Assistência Social (DAS) sendo exercida por pessoa sem informação técnica; (4) não implementação de programa voltado à População Adulta de Rua, em que pese já haja o Município de Viamão recebido verba federal para tanto, por ausência de servidor para o desenvolvimento e execução das ações do programa.

158) Inquérito Civil Público nº 00931.00013/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 24 de junho de 2009, tendo por finalidade de regularizar o registro de óbito de A. F.

159) Inquérito Civil Público nº 00931.00014/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 02 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso do direito à saúde das pessoas componentes da Comunidade Quilomba Peixoto dos Botinhas, decorrente da (a) demora no atendimento a cirurgias agendadas na Unidade de saúde Capão da Porteira, (b) precariedade dos serviços disponíveis na Unidade de Saúde mais próxima (Capão da Porteira) e (c) da ausência de médico clínico-geral lotado na referida Unidade.

160) Inquérito Civil Público nº 00931.00015/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 02 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso do direito à saúde das pessoas componentes da Comunidade Quilombola Peixoto dos Botinhas, decorrente da carência de saneamento básico adequado.

161) Inquérito Civil Público nº 00931.00016/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 02 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso às pessoas moradoras da Comunidade Quilombola Peixoto dos Botinhas, decorrente da deficiência do atendimento social prestado pelo Município de Viamão.

162) Inquérito Civil Público nº 00931.00018/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Fernando Janson Carvalho Leite, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 28 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar omissão do Município de Viamão (por intermédio de sua Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos), em recebendo notícia de irregularidade de entidade de acolhimento de idosos.

163) Inquérito Civil Público nº 00931.00019/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Fernando Janson Carvalho Leite, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 12 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano coletivo dos direitos humanos das pessoas idosas, decorrente (1) do funcionamento de estabelecimento não regularizado, destinado ao acolhimento de pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos e (2) de eventuais inadequações das condições de abrigo a que submetida tal população.

164) Inquérito Civil Público nº 00931.00020/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 17 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso do direito à saúde dos moradores do Município de Viamão, decorrente da precariedade dos serviços de saúde prestados pelo Município de Viamão por meio do programa saúde da família e do programa agentes comunitários de saúde, ante o número insuficiente de agentes comunitários de saúde e de equipes de saúde da família em atividade.

165) Inquérito Civil Público nº 00931.00023/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 27 de agosto de 2009, tendo por



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 307

finalidade apurar potencial lesão ao direito difuso à saúde decorrente (a) do emprego de verba destinada a serviços e ações em saúde em finalidade diversa, vinculada às atribuições da Secretaria Municipal Fazenda (compra de computadores) e (b) da utilização de verba destinada a serviços e ações em saúde em finalidade diversa daquela a que vinculado o recurso (utilização de R\$900.000,00 do recurso E.C.D.-EPID E CONT. DE DOENÇAS para pagamento do convênio de atendimento emergencial à saúde com o Instituto de Cardiologia, o Programa de Saúde da Família e 13° salário dos servidores da saúde).

166) Inquérito Civil Público nº 00931.00025/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 21 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso dos direitos dos usuários dos serviços de saúde do Hospital de Viamão, decorrente da não inclusão, modo imediato, de paciente necessitando de transferência hospitalar na Central de Leitos de Porto Alegre.

167) Inquérito Civil Público nº 00931.00026/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 24 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar eventual dano difuso aos usuários dos serviços de saúde, decorrente do funcionamento de estabelecimentos de saúde licenciados sem prévia vistoria do órgão competente.

168) Inquérito Civil Público nº 00931.00027/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 25 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano dos direitos dos internos da Casa de Repouso L. A. K., instituição de longa permanência para abrigamento de idosos situada em Viamão, diante da notícia de maus tratos advinda por meio do ofício 428/2009 (oriundo da Promotoria de Justiça Criminal de Viamão).

169) Inquérito Civil Público nº 00931.00028/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de **Viamão**, em 28 de setembro de 2009, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso do direito à saúde dos moradores do Município de Viamão, decorrente de eventual interrupção dos serviços de saúde prestados pelo Município de Viamão por meio dos Programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de outubro de 2009.

FRANCESCO CONTI,

Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.